



ITAÚSA

Demonstrações Contábeis Completas

31 de Março de 2015



ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – janeiro a março de 2015**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2015, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2015 foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento as práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis, foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES**Itaúsa**

Em abril de 2015, a Itaúsa publicou o Relatório Anual de 2014 seguindo a versão GRI-G4, com abordagem abrangente, das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A adoção dessas diretrizes está alinhada às melhores práticas de sustentabilidade e ao compromisso com a transparência. O Itaú Unibanco e a Duratex, empresas do Conglomerado Itaúsa, também elaboraram seus relatórios atendendo aos requisitos de aplicação das diretrizes da GRI-G4.

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 27/04/2015, aumento do capital social no montante de R\$ 300 milhões.

Na Assembleia Geral de 30/04/2015 foram aprovadas as seguintes matérias, entre outras:

- Bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 5,0 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 8,137540972 por ação, independentemente da espécie. As ações subscritas no aumento do capital social também fazem jus à bonificação de 10% em ações; e
- Cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes em tesouraria, sendo 8.227.800 ordinárias e 2.320.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social.

Considerando que o valor dos dividendos trimestrais por ação (R\$ 0,015) foi mantido, os acionistas terão elevação de 10% nesse fluxo.

Em 11/05/2015, o Conselho de Administração da Itaúsa, em linha com o processo de transição e de mudanças estruturais na direção do Itaú Unibanco Holding, aprovou as seguintes alterações na composição de sua administração:

- Alfredo Egydio Arruda Villela Filho assumiu a Presidência do Conselho de Administração da Itaúsa; e
- Alfredo Egydio Setubal assumiu a Presidência Executiva da Itaúsa.

Itaú Unibanco Holding

Em fevereiro de 2015, o Itaú Unibanco Holding anunciou mudanças estruturais na direção da companhia, presidida por Roberto Setubal, com um novo Comitê Executivo composto por:

- Três Diretorias-Gerais:
 - Atacado;
 - Varejo;
 - Tecnologia & Operações.
- Duas Vice-Presidências:
 - Controle e Gestão de Riscos & Finanças;
 - Jurídico, Pessoas & Institucional.

O objetivo é a renovação constante visando à performance sustentável para colaboradores, acionistas e sociedade, bem como o oferecimento de produtos de contínua qualidade e conveniência para os clientes. Permanecem como principais prioridades: foco nos clientes, eficiência e simplificação.

Em março de 2015, o Itaú Unibanco inaugurou o novo *data center*, cujo investimento foi de R\$ 3,3 bilhões. Esse centro tecnológico aumentará em 25 vezes a capacidade de processamento e armazenamento das operações do banco, além de propiciar a redução do uso de energia em 43% em relação ao consumo atual. O novo *data center* suportará o crescimento até 2050, garantindo o alto desempenho e a disponibilidade das operações. O processo de migração dos sistemas e serviços tem término previsto para o segundo semestre de 2016.

Ainda em março de 2015, o Itaú Unibanco celebrou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança, pelo prazo de 20 anos, no mercado de soluções de pagamento no Brasil. Essa aliança irá operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e aprovação.

Os objetivos desta aliança são a ampliação dos negócios de emissão e aquisição, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento, ao acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento, à obtenção de importantes ganhos de escala e a eficiência e o aproveitamento da expertise da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento, inclusive com aceitação internacional.

Em 29/04/2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social mediante capitalização de reservas estatutárias de lucros, em R\$ 10,15 bilhões, com bonificação de 10% em ações. A operação ainda está pendente de aprovação do BACEN.

Duratex

Em março de 2015, a Duratex assinou Proposta Vinculativa de Aquisição da Ducha Corona Ltda., no valor de R\$ 88,5 milhões, dando continuidade em seu plano estratégico de expandir sua atuação em Chuveiros Elétricos. Esta aquisição está alinhada com o plano da Companhia em crescer sua participação em setores sinérgicos. O fechamento do negócio depende da realização de *due dilligence* e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Com esse movimento a Duratex assumirá a vice-liderança no setor de chuveiros e torneiras elétricas, passando a deter 30% do mercado.

No trimestre, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 123,8 milhões. A previsão é que sejam investidos R\$ 400 milhões durante o ano de 2015 (desconsiderando o valor de aquisição da Ducha Corona), destinados somente à sustentação das operações. Desse total, um montante aproximado de R\$ 177 milhões refere-se ao plantio e manutenção das áreas florestais.

Elekeiroz

No período, os investimentos de R\$ 30,0 milhões foram direcionados principalmente no projeto de interligação e adaptação da unidade de gases industriais (PGE) ao complexo da empresa no Polo de Camaçari e nas paradas programadas para manutenção das plantas de oxo-álcoois, ftálico e da própria PGE. As obras de interligação estão dentro do cronograma planejado com previsão de término no próximo trimestre.

Itautec

Em 25/02/2015, o Conselho de Administração da Itautec aprovou a intenção de exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a Companhia possui na Oki Brasil, que conforme previsto no Acordo de Acionistas deverá ocorrer em janeiro de 2017, cujo valor presente de R\$ 40 milhões está contabilizado no ativo não circulante (valor futuro de R\$ 50 milhões).

Em continuidade ao processo de Reposicionamento Estratégico da Companhia, que inclui a desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues, durante o primeiro trimestre de 2015, 4,2 mil equipamentos entre *desktops*, *notebooks* e servidores. Adicionalmente, a Itautec continuou honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a março de 2015 foi de R\$ 2.002 milhões – crescimento de 27,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 20,2%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 1.930 milhões, com rentabilidade de 19,5%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro Líquido	1.930	1.681	44	103	1.974	1.784
Lucro Líquido Recorrente	2.002	1.571	44	85	2.046	1.656
Patrimônio Líquido	39.987	33.726	3.060	2.951	43.047	36.677
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,5%	20,1%	5,8%	14,2%	18,5%	19,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,2%	18,8%	5,8%	11,7%	19,2%	18,2%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/03/2015	31/03/2014	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,32	0,28	13,3%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,33	0,26	25,7%
Valor Patrimonial da Controladora	6,56	5,61	17,0%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,08	0,07	13,3%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,99	8,38	19,2%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	60.935	50.434	20,8%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 28 de abril de 2014.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 31/03/2015	%	01/01 a 31/03/2014	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	2.090	99,7%	1.680	98,0%	24,4%
Área Industrial	6	0,3%	34	2,0%	-82,4%
Duratex	24	1,1%	47	2,7%	-48,9%
Elekeiroz	(7)	-0,3%	-	0,0%	-
Itautec	(11)	-0,5%	(13)	-0,8%	-15,4%
Total REP Recorrente	2.096	100,0%	1.714	100,0%	22,3%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(94)		(143)		
Lucro Líquido Recorrente	2.002		1.571		27,4%
Resultado não Recorrente	(72)		110		
Lucro Líquido	1.930		1.681		14,8%

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido	1.930	1.681	44	103	1.974	1.784
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	72	(110)	-	(18)	72	(128)
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	75	5	-	-	75	5
Movimentação de Ações em Tesouraria	56	(19)	-	-	56	(19)
Provisões - Ações Cíveis	15	15	-	-	15	15
Amortização de Ágios	14	-	-	-	14	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(10)	-	-	-	(10)	-
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	-	21	-	-	-	21
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	-	(12)	-	-	-	(12)
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas controladas	(3)	(115)	-	(18)	(3)	(133)
Duratex	-	(10)	-	(18)	-	(28)
Elekeiroz	(3)	-	-	-	(3)	-
Itautec	-	(105)	-	-	-	(105)
Lucro Líquido Recorrente	2.002	1.571	44	85	2.046	1.656

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (1)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.169.439	8.948	705	262	49.172
	2014	1.025.285	8.584	697	492	42.769
Receitas Operacionais (2)	2015	45.710	1.001	209	10	3.235
	2014	35.663	930	241	55	2.891
Lucro Líquido	2015	5.673	68	(4)	(11)	1.974
	2014	4.551	161	-	(6)	1.784
Patrimônio Líquido	2015	100.365	4.677	461	98	43.047
	2014	84.481	4.510	504	142	36.677
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2015	23,1%	5,9%	-3,3%	-44,1%	18,5%
	2014	22,1%	14,5%	0,2%	-15,8%	19,6%
Geração Interna de Recursos (4)	2015	7.668	242	3	(8)	108
	2014	22.571	227	12	-	135

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'14 + mar) / 2).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações conforme divulgado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,77% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2015 atribuível aos acionistas controladores foi 24,7% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 5,7 bilhões. O Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 23,1% sobre o patrimônio líquido médio (22,1% em 2014). O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a março de 2015 também alcançou R\$ 5,7 bilhões, um crescimento de 23,9% em relação a 2014, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 23,3%.

Contribuíram para a evolução do resultado, o crescimento de 14,7% das receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias em conjunto com o crescimento de 16,7% do resultado de operações de seguros, previdência e capitalização.

A redução da Margem Financeira¹ deve-se principalmente aos efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, que são contabilizados nas linhas de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Despesas Tributárias. Caso fosse feita a reclassificação desse resultado, a margem financeira teria atingido R\$ 16.785 milhões, apresentando crescimento de 21,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O impacto desta reclassificação na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, traria este número para uma despesa de R\$ 2.496 milhões, apresentando crescimento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo critério, as Despesas Tributárias seriam de R\$ 1.663 milhões no primeiro trimestre de 2015, crescimento de 29,1% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,2 trilhão no final do primeiro trimestre de 2015, com crescimento de 14,1% nos últimos 12 meses, enquanto que o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 100,4 bilhões, crescimento de 18,8% na comparação com o final de março de 2014.

A diversificação dos negócios reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando na originação em segmentos de menor risco e com maiores garantias, conforme segue:

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 544,1 bilhões, com crescimento de 13,3% em relação ao final do primeiro trimestre de 2014. Ao se considerar os riscos de crédito tomados na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 14,0%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, o crescimento da carteira de crédito total teria sido de 6,4% em 12 meses.

Carteira de crédito	R\$ milhões				
	31/03/15	31/12/14	31/03/14	mar/15-dez/14	mar/15-mar/14
Pessoas físicas	187.565	186.505	167.818	0,6%	11,8%
Cartão de crédito	56.331	59.321	52.259	-5,0%	7,8%
Crédito pessoal	29.794	28.505	28.114	4,5%	6,0%
Crédito consignado	44.605	40.525	24.637	10,1%	81,0%
Veículos	26.446	29.047	37.309	-9,0%	-29,1%
Crédito imobiliário	30.389	29.107	25.498	4,4%	19,2%
Pessoas jurídicas	304.811	295.762	275.511	3,1%	10,6%
Grandes empresas	219.373	211.637	191.688	3,7%	14,4%
Micro, pequenas e médias empresas	85.438	84.125	83.823	1,6%	1,9%
América Latina (*)	51.677	43.923	36.823	17,7%	40,3%
Total com avais e fianças	544.053	526.190	480.151	3,4%	13,3%
Grandes empresas - títulos privados (**)	35.202	34.175	28.126	3,0%	25,2%
Total com avais, fianças e títulos privados	579.255	560.365	508.277	3,4%	14,0%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	579.255	582.738	544.347	-0,6%	6,4%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

¹ Margem Financeira = Receita de Juros e Rendimentos + Despesa de Juros e Rendimentos + Receita de Dividendos + Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros + Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Físicas** alcançou R\$ 187,6 bilhões em 31 de março de 2015, crescimento em 12 meses de 11,8%. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final do primeiro trimestre reflete a estratégia de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder em faturamento no segmento de **cartão de crédito** no Brasil. Ao final de março de 2015, o saldo dessa carteira alcançou R\$ 56,3 bilhões, um aumento de 7,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O valor transacionado em compras com cartões de débito e crédito atingiu R\$ 78,6 bilhões de janeiro a março de 2015, o que representou um acréscimo de 10,1% em relação ao mesmo período de 2014.
Desde o seu lançamento, há menos de três anos, já foram emitidos mais de 5,8 milhões de cartões “Itaucard 2.0”, cartão de crédito pioneiro no mercado brasileiro e que introduziu no país a prática internacional de cálculo de juros.
- O saldo da carteira de **crédito pessoal** alcançou R\$ 29,8 bilhões ao final de março de 2015, um aumento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o saldo da carteira de **crédito consignado** atingiu R\$ 44,6 bilhões, crescimento de 81,0% em relação a 31 de março de 2014, atingindo 8,2% do total de crédito do banco, incluído avais e fianças. Destaque para as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS e de funcionários do setor público, que somadas cresceram 96,4% em relação a março de 2014.
- O saldo da carteira de **veículos** alcançou R\$ 26,4 bilhões, e a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem médio da carteira foi de 72,9% em março de 2015.
Entre janeiro e março de 2015, as contratações de financiamentos de veículos atingiram R\$ 2,4 bilhões, com prazo médio de 39 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses. O uso do iCarros foi fortalecido como meio gerador de negócio para os clientes pessoas jurídicas (concessionárias e revendas de veículos) e pessoas físicas, com um volume de 45,6 milhões de acessos no primeiro trimestre de 2015, um crescimento de 15,7% sobre o mesmo período do ano anterior.
- O Itaú Unibanco é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros. A oferta desse produto é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias.
O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 30,4 bilhões, evolução de 19,2% em 12 meses, com a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem de aproximadamente 42,8%.
Foram realizados aproximadamente 7,9 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 2,5 bilhões. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 3,5 mil novas unidades no valor de R\$ 614 milhões.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito com avais e fianças para **Pessoas Jurídicas**, atingiu R\$ 304,8 bilhões em 31 de março de 2015, apresentando crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período de 2014.

- O saldo da carteira de crédito para **grandes empresas** atingiu R\$ 219,4 bilhões em 31 de março de 2015. A carteira é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias.
- O saldo da carteira de crédito de **micro, pequenas e médias Empresas** atingiu R\$ 85,4 bilhões em 31 de março de 2015. O Itaú Unibanco manteve o foco na revisão e simplificação de ofertas de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade. A oferta de produtos da Redecard também está sendo ampliada.

A carteira de crédito dos outros países da **América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai)** apresentou crescimento de 40,3%. A desvalorização de moedas latino-americanas frente ao real exerceu grande impacto nessa evolução, sem considerar esse efeito, a variação da carteira no período foi de 11,6%.

O segmento pessoa física apresentou aumento de 48,2% (17,7% em moeda corrente), com destaque para o aumento de 45,9% (16,6% em moeda corrente) na carteira do Chile com relação a igual período do ano anterior.

O segmento pessoa jurídica aumentou 36,3% (8,3% em moeda corrente), com destaque para o aumento das carteiras do Uruguai e do Paraguai, que evoluíram 61,1% (30,1% em moeda corrente) e 55,9% (18,8% em moeda corrente), respectivamente.

Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito do Itaú Unibanco, iniciada em 2011, impactou no índice de inadimplência, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito de sua carteira:

- Índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,0% em 31 de março de 2015, apresentando uma redução de 0,5 p.p. em relação a 31 de março de 2014;
- Na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 4,5% ao final de março de 2015, recuando 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- Na carteira de clientes pessoas jurídicas ficou em 1,8% ao final de março de 2015, redução de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

- **Gestão de Ativos:** Em fevereiro de 2015 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 405,8 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 14,7% do mercado.
- **Serviços de Custódia:** No mercado de custódia, o Itaú Unibanco somou R\$ 1.007,1 bilhões de ativos, segundo o *ranking* ANBIMA, em março de 2015, representando um aumento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e atuou como Escriturador de 491 emissões de debêntures em março de 2015 o que representa 52,3% do mercado.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** Os prêmios ganhos apresentaram redução de 1,7% em relação ao primeiro trimestre de 2014, atingindo R\$ 1,4 bilhão no período (não considerando a participação na Porto Seguro, na qual o Itaú Unibanco detém 30% de seu capital). As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 5,5 bilhões em 31 de março de 2015. A captação total dos planos de previdência totalizou R\$ 4,5 bilhões no primeiro trimestre de 2015, crescimento de 24,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em capitalização, o Itaú Unibanco atingiu 15,6 milhões de títulos vigentes, apresentando aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** No primeiro trimestre de 2015 o Itaú Unibanco atingiu 968,1 milhões de transações em cartões de débito e crédito, um aumento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O faturamento total de débito e crédito atingiu R\$ 91,1 bilhões no primeiro trimestre do ano, representando um aumento de 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Itaú Unibanco encerrou o período com 1,9 milhão de equipamentos, crescimento de 15,8% em relação ao ano anterior.
- **Banco de Investimentos:** Entre janeiro e março de 2015 a operação de Fusões e Aquisições no Brasil, prestou assessoria financeira a cinco transações, obtendo a segunda posição no ranking Thomson Reuters. Em renda fixa, o Itaú Unibanco participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 2,4 bilhões no período de janeiro a março de 2015. Em emissões internacionais de renda fixa de empresas latino americanas, originou US\$ 497 milhões no período.
- **Consórcio:** Em março de 2015, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 11,0 bilhões, com aumento de 7,9% em relação a março de 2014. As receitas de administração de janeiro a março de 2015 alcançaram R\$ 153,9 milhões. O Itaú Unibanco atingiu 400 mil contratos ativos em março de 2015, apresentando aumento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,7 trilhão em 31 de março de 2015, com crescimento anual de 11,5%.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório (PR) foram mantidos acima do exigido para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II. Ao final de março de 2015 o índice de Basileia atingiu 15,3%, sendo 11,6% de Capital Principal e 3,7% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante de dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançou R\$ 29,1 bilhões em 31 de março de 2015.

Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de *Rating*

Em função da publicação da sua nova metodologia global para bancos, em março de 2015, a Moody's anunciou alterações nos *ratings* de 1.021 bancos de um total de 1.934 avaliados no mundo. Devido a essa reavaliação na metodologia, os *ratings* do Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA foram colocados sob revisão para rebaixamento.

Em abril de 2015, como consequência da Fitch Ratings revisar a perspectiva dos *ratings* do Brasil (soberano) de estável para negativa, a agência também reavaliou as classificações de 20 instituições financeiras brasileiras, inclusive o Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA, que tiveram rebaixamentos nas suas perspectivas e nos *ratings*.

A Standard & Poor's (S&P) divulgou, em abril de 2015, algumas alterações de *ratings* e perspectivas em instituições financeiras brasileiras. O Itaú Unibanco Holding e o Itaú BBA não sofreram alterações em seus *ratings* e perspectivas.

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

No primeiro trimestre de 2015, a receita líquida totalizou R\$ 1.001,5 milhões, equivalendo a uma expansão de 7,7% em relação ao primeiro trimestre de 2014, resultado da evolução de 12,2% no volume expedido na Divisão Madeira. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 214,4 milhões, com margem de 21,4%. O lucro líquido alcançou R\$ 68,5 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 5,9%.

O crescimento no volume expedido da Divisão Madeira se deu devido ao aquecimento do setor moveleiro, puxado principalmente pelos grandes varejistas e também pelas exportações. Com destaque para as vendas de MDP que estavam em queda desde o segundo trimestre de 2014.

Como resposta à demanda observada, a Duratex anunciou aumento de preços de 7% em média, tanto para MDF quanto para MDP, que passaram a vigorar a partir de abril. Essa ação irá auxiliar na retomada das margens que estão pressionadas pelo aumento de custos, decorrente do aumento da energia elétrica e da desvalorização do real.

Na Divisão Deca, no primeiro trimestre do ano, houve uma retração de 5,4% do volume expedido, com queda da receita líquida de 2,8% no comparativo com o primeiro trimestre de 2014. A Duratex atribuiu essa situação ao cenário do setor de construção civil, com contínua retração, principalmente no que diz respeito ao lançamento de novas unidades.

Considerando o difícil cenário para o setor de material de construção, a Deca apresentou margens consistentes e semelhantes as do ano de 2014. A margem EBITDA ajustada e recorrente no período foi de 18,0%, um pouco abaixo da margem do primeiro trimestre de 2014 de 21,6%.

Elekeiroz

A receita líquida do primeiro trimestre de 2015 alcançou R\$ 238,8 milhões, queda de 13% sobre o mesmo período de 2014. O mercado interno, responsável por 90% das vendas, apresentou queda de 7% enquanto que nas exportações a queda foi de 45%.

O custo dos produtos vendidos somou R\$ 198,5 milhões, queda de 12% em relação a 2014, em consonância com a retração na receita líquida.

No período, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 3,8 milhões, no primeiro trimestre de 2014 o lucro líquido foi de R\$ 0,3 milhão.

O resultado do primeiro trimestre de 2015 foi impactado pela reversão de provisões para contingências cíveis no valor de R\$ 3,3 milhões. Desconsiderando a reversão, o prejuízo do trimestre seria de R\$ 7,1 milhões, prejuízo este já esperado, em função das diversas paradas para manutenção nas unidades de oxo-álcoois, anidrido ftálico e na planta de gases industriais.

O EBITDA no trimestre foi de R\$ 4,2 milhões, contra R\$ 10,1 milhões no primeiro trimestre de 2014. Sem considerar o efeito da reversão o EBITDA seria de R\$ 1,0 milhão.

Endividamento: ao final de março a dívida líquida totalizou R\$ 102,0 milhões, correspondendo a 22% do patrimônio líquido.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do primeiro trimestre de 2015 foi de R\$ 10,0 milhões.

O resultado bruto acumulado do trimestre foi negativo em R\$ 2,2 milhões, resultado da queda da rentabilidade do segmento de Computação, em razão da desativação paulatina da Unidade.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento) atingiram R\$ 7,8 milhões no primeiro trimestre de 2015, montante 43,1% menor em relação ao reportado no primeiro trimestre de 2014.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2015 foi um prejuízo de R\$ 11,4 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de março de 2015 era de R\$ 29,9 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 82,7 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 52,8 milhões.

3) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 105 mil colaboradores no final de março de 2015, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 3,4 bilhões no período.

4) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381/2003

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2015, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No primeiro trimestre de 2015 foram prestados os seguintes serviços:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro e 23 de março de 2015 – aquisição de pesquisas e materiais técnicos.

5) AGRADECIMENTOS

Registramos votos de agradecimentos ao Dr. Carlos da Camara Pestana pelo empenho, intensa dedicação e valiosa contribuição ao Conglomerado Itaúsa por quase 40 anos que, na Assembleia Geral da Itaúsa de 30/04/2015, não foi reconduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 11/05/2015).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ⁽¹⁾

Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

HENRI PENCHAS

LICIO DA COSTA RAIMUNDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA ⁽²⁾

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)

Diretores Vice-Presidentes

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

(1) *Eleitos em 30.04.2015*

(2) *Eleitos em 11.05.2015*

CONSELHO FISCAL ⁽¹⁾

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO

FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Contador

RICARDO JORGE PORTO DE SOUSA

CRC 1SP 185.916/O-8

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

PEDRO AMÉRICO HERBST

FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR

AUGUSTO CARNEIRO DE OLIVEIRA FILHO

JOÃO COSTA

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
DEMONSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
NILDEMAR SECCHES
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GERALDO TRAVAGLIA FILHO

Membros

ALKIMAR RIBEIRO MOURA
DIEGO FRESCO GUTIERREZ
LUIZ ALBERTO FIORE
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
SERGIO DARCY DA SILVA ALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

CANDIDO BOTELHO BRACHER
CLAUDIA POLITANSKI
EDUARDO MAZZILLI VASSIMON

Diretores Executivos

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
CAIO IBRAHIM DAVID
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
RICARDO BALDIN

Diretores

ADRIANO CABRAL VOLPINI
ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
MARCELO KOPEL (*)
MATIAS GRANATA
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
WAGNER BETTINI SANCHES

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FRANCISCO AMAURI OLSEN
HELIO SEIBEL
HENRI PENCHAS
KATIA MARTINS COSTA
RAUL CALFAT
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira

ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
BRUNO BASILE ANTONACCIO
FLAVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOSÉ RICARDO PARAÍSO FERRAZ
MARCO ANTONIO MILLEO
MARIA JULIETA PINTO RODRIGUES NOGUEIRA
PAULO CESAR MARÓSTICA
RONEY ROTENBERG

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

HENRI PENCHAS
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN

Diretores

RENATA MARTINS GOMES
RODOLFO LATINI NETO (*)

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

CESAR SUAKI DOS SANTOS
HENRI PENCHAS
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

ELDER ANTONIO MARTINI
RICARDO CRAVEIRO MASSARI

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.991	1.897
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	295	290
Clientes	5	1.151	1.069
Outros Ativos Financeiros	6a	877	1.080
Estoques	7	826	831
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	36.196	35.798
Imobilizado, Líquido	9	4.151	4.085
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	1.028	1.029
Ativos Biológicos	11	1.387	1.355
Ativos Fiscais		1.213	1.130
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		227	286
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	859	744
Outros		127	100
Outros Ativos	6a	19	30
Ativo Mantido para Venda	28	38	-
TOTAL DO ATIVO		49.172	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		621	1.322
Empréstimos e Financiamentos	13	2.921	2.902
Debêntures	14	122	123
Provisões	15	625	574
Obrigações Fiscais		830	751
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		31	11
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	695	623
Outras		104	117
Outros Passivos	6b	714	683
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		292	-
Total do Passivo		6.125	6.355
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	27.025	27.025
Ações em Tesouraria		(96)	(91)
Reservas	16c	13.374	12.777
Resultado Abrangente Acumulado		(316)	(485)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		39.987	39.226
Participações de Acionistas não Controladores		3.060	3.013
Total do Patrimônio Líquido		43.047	42.239
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.172	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Vendas de Produtos e Serviços	18	1.220	1.220
Custo dos Produtos e Serviços	19	(916)	(891)
Despesa com Vendas		(153)	(133)
Resultado Financeiro		(24)	(19)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(70)	(67)
Outros Resultados Operacionais	21	10	166
Despesas Tributárias		(142)	(113)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	2.015	1.671
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.940	1.834
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(15)	(27)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	49	(23)
Lucro Líquido		1.974	1.784
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.930	1.681
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		44	103
Lucro por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		0,32	0,28
Preferenciais		0,32	0,28
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.344.456.007	2.316.849.373
Preferenciais		3.755.390.279	3.700.664.614

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido	1.974	1.784
Outros Resultados Abrangentes	169	34
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	165	27
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	154	33
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	154	33
Participação em Subsidiárias	11	(6)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	11	(6)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	4	7
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	4	7
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	4	7
Total do Resultado Abrangente	2.143	1.818
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	2.099	1.715
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	44	103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Ajustado		108	135
Lucro líquido		1.974	1.784
Ajustes ao Lucro Líquido:		(1.866)	(1.649)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		75	57
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10 e 11	152	373
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(2.015)	(1.671)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(49)	23
Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(44)	(221)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1)	3
Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado		-	(3)
Outros		16	(210)
Variações nos Ativos e Passivos		262	381
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros		(8)	13
(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes		(80)	23
Redução (Aumento) em Estoques		16	(24)
Redução em Ativos Fiscais		-	5
Redução em Outros Ativos		227	210
Aumento (Redução) em Fornecedores		26	(81)
Aumento em Obrigações Fiscais e Trabalhistas		8	9
Aumento em Outros Passivos		73	226
Outros		(65)	(82)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4)	(28)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(61)	(54)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		305	434
Aquisição de Investimentos		-	(148)
Aquisição de Intangíveis	10	(6)	(2)
Aquisição de Imobilizado de Uso	9	(112)	(412)
Alienação de Imobilizado de Uso	9	-	48
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		1.621	1.206
Outros		(2)	(16)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		1.501	676
Subscrição e Integralização de Capital		3	6
Ações em Tesouraria		(5)	(15)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(1.708)	(909)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		122	411
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(119)	(231)
Amortização de Debêntures		(7)	(7)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(1.714)	(745)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes		92	365
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.897	1.539
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		2	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	1.991	1.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2015	%	01/01 a 31/03/2014	%
RECEITAS	1.290		1.397	
Vendas de Produtos e Serviços	1.220		1.220	
Outras Receitas	70		177	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(691)		(832)	
Custos dos Produtos e Serviços	(456)		(695)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(11)		(11)	
Outras	(224)		(126)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2)		(2)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(155)		(105)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(2)		(1)	
Viagens	(1)		(1)	
Legais e Judiciais	(2)		-	
Outras	(62)		(17)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	599		565	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(152)		(71)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	447		494	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.099		1.729	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.015		1.671	
Receitas Financeiras	84		58	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.546		2.223	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.546	100,00%	2.223	100,00%
Pessoal	190	7,46%	193	8,68%
Remuneração Direta	154		158	
Benefícios	26		25	
F.G.T.S.	10		10	
Impostos, Taxas e Contribuições	272	10,68%	169	7,60%
Federais	211		168	
Estaduais	57		1	
Municipais	4		-	
Remuneração de Capitais de Terceiros	110	4,32%	77	3,46%
Juros	108		77	
Aluguéis	2		-	
Remuneração de Capital Próprio	1.974	77,54%	1.784	80,26%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	523		455	
Lucros Retidos do Período	1.407		1.226	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	44		103	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual**

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa		828	643
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		295	290
Outros Ativos Financeiros		528	697
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		467	625
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		61	72
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 I b	38.479	38.035
Imobilizado, Líquido		70	70
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		772	759
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		183	206
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		587	551
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		4	4
TOTAL DO ATIVO		41.436	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		620	1.282
Provisões		483	412
Obrigações Fiscais		48	32
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		3	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		5	5
Outras		40	27
Outros Passivos		6	6
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		292	-
Total do Passivo		1.449	1.732
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	27.025	27.025
Ações em Tesouraria		(96)	(91)
Reservas	16c	13.374	12.777
Resultado Abrangente Acumulado		(316)	(485)
Total do Patrimônio Líquido		39.987	39.226
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.436	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Resultado Financeiro		24	12
Outras Receitas Operacionais		3	3
Despesas Gerais e Administrativas		(10)	(8)
Despesas Tributárias		(142)	(112)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 l b	2.024	1.824
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.899	1.719
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(4)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		35	(38)
Lucro Líquido		1.930	1.681
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		0,32	0,28
Preferenciais		0,32	0,28
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.344.456.007	2.316.849.373
Preferenciais		3.755.390.279	3.700.664.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido	1.930	1.681
Outros Resultados Abrangentes	169	34
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	165	27
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	154	33
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	154	33
Participação em Subsidiárias	11	(6)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	11	(6)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	4	7
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	4	7
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	4	7
Total do Resultado Abrangente	2.099	1.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes			
Saldo em 01/01/2014	22.000	-	8.127	3.262	617	-	(875)	33.131	2.843	35.974
Transações com os Acionistas	-	(5)	-	-	(617)	(455)	-	(1.077)	5	(1.072)
Ações em Tesouraria	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(455)	-	(455)	-	(455)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	-	-	(617)	-	-	(617)	-	(617)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(43)	-	-	-	-	(43)	-	(43)
Integralização de Reservas	-	-	3.262	(3.262)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	1.681	34	1.715	103	1.818
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.681	-	1.681	103	1.784
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	34	34	-	34
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	84	-	-	(84)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.142	-	(1.142)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	22.000	(5)	11.430	1.142	-	-	(841)	33.726	2.951	36.677
Mutações do Período	-	(5)	3.303	(2.120)	(617)	-	34	595	108	703
Saldo em 01/01/2015	27.025	(91)	7.249	4.969	559	-	(485)	39.226	3.013	42.239
Transações com os Acionistas	-	(5)	(159)	-	(559)	(523)	-	(1.246)	3	(1.243)
Ações em Tesouraria	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(523)	-	(523)	-	(523)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	(159)	-	(559)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(92)	-	-	-	-	(92)	-	(92)
Integralização de Reservas	-	-	4.969	(4.969)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	1.930	169	2.099	44	2.143
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.930	-	1.930	44	1.974
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	169	169	-	169
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	97	-	-	(97)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.310	-	(1.310)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2015	27.025	(96)	12.064	1.310	-	-	(316)	39.987	3.060	43.047
Mutações do Período	-	(5)	4.815	(3.659)	(559)	-	169	761	47	808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Ajustado	(129)	(104)
Lucro Líquido	1.930	1.681
Ajustes ao Lucro Líquido:	(2.059)	(1.785)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(2.024)	(1.824)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(35)	38
Depreciação e Amortização	-	1
Variações nos Ativos e Passivos	303	127
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	(4)	18
Redução em Outros Ativos	196	196
Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	111	(87)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	174	23
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.651	1.255
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	1.651	1.255
Subscrição e Integralização de Capital	3	6
Aquisição de Ações para Tesouraria	(5)	(5)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.638)	(805)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(1.640)	(804)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	185	474
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	643	340
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	828	814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2015	%	01/01 a 31/03/2014	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(7)		(3)	
Serviços de Terceiros	(3)		(1)	
Outras	(4)		(2)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(1)		(1)	
Outras	(3)		(1)	
Valor Adicionado Bruto	(7)		(3)	
Depreciação e Amortização	-		(1)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(7)		(4)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.061		1.844	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.024		1.824	
Receitas Financeiras	34		17	
Outras Receitas	3		3	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.054	100,00%	1.840	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado	2.054		1.840	
Pessoal	3	0,15%	3	0,16%
Remuneração Direta	3		3	
Impostos, Taxas e Contribuições	111	5,40%	151	8,21%
Federais	111		151	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Despesas Financeiras	10	0,49%	5	0,27%
Remuneração do Capital Próprio	1.930	93,96%	1.681	91,36%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	523		455	
Lucros Retidos do Período	1.407		1.226	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de Março de 2015
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,38% das ações ordinárias e 16,92% das ações preferenciais, 34,01% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 11 de maio de 2015.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de Março de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que a Itaúsa e sua Controladas já consideram estes procedimentos.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção Inicial, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2015 era de R\$ 859 (R\$ 744 em 31/12/2014).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2015 era de R\$ 625 (R\$ 574 em 31/12/2014).

d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2015	Porcentagem do capital em 31/12/2014
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,77%	36,72%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

n) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itaotec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2015	31/12/2014
Disponibilidades	36	43
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	102	135
Certificado de Depósitos Bancários	1.005	1.074
Operações Compromissadas	848	640
Letra Financeira do Tesouro	-	5
Total	1.991	1.897

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/03/2015	31/12/2014
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	236	229
Total	295	290

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/03/2015	31/12/2014
Clientes no país	1.073	1.015
Clientes no exterior	127	101
<i>Impairment</i>	(49)	(47)
Total	1.151	1.069

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2015	31/12/2014
A vencer	1.091	1.002
Vencidos até 30 dias	22	31
Vencidos de 31 a 60 dias	5	4
Vencidos de 61 a 90 dias	4	3
Vencidos de 91 a 180 dias	20	28
Vencidos há mais de 180 dias	58	48
Total	1.200	1.116

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período findo em 31 de março de 2015.

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(47)	(38)
Constituição	(3)	(21)
Reversão	-	3
Baixa de títulos	1	9
Saldo Final	(49)	(47)

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	31/03/2015	31/12/2014
Outros Ativos Financeiros	877	1.081
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	98	149
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	466	607
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	23	21
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	159	164
Créditos com Precatório	87	87
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	11	26
Outros Valores a Receber	33	27
Outros Ativos Não Financeiros	19	30
Despesas Antecipadas	7	20
Outros	12	10

b) Outros Passivos

	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores	245	213
Provisão de Pessoal	149	163
Sociedade em Conta de Participação	105	108
Adiantamento de Clientes	33	7
Aquisição de Empresas	34	34
Rendas Antecipadas	7	7
Fretes e Seguros a Pagar	22	16
Comissões a Pagar	9	9
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	7	12
Provisões para Garantias e Reestruturação	27	33
Outras Contas a Pagar	76	81
Total	714	683

NOTA 7 - ESTOQUES

	31/03/2015	31/12/2014
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	339	327
Produtos Acabados	288	302
Produtos em elaboração	104	105
Almoxarifado Geral	96	101
Adiantamento a Fornecedores	9	9
Provisão para perdas nos estoques	(10)	(13)
Total	826	831

O custo dos estoques reconhecidos no resultado é incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 31 de março de 2015 R\$ 916 (R\$ 891 em 31 de março de 2014).

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Participações em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	75.000	100.365	5.673	1.071.022.909	93.291	⁽¹⁾ 36,77%	⁽²⁾ 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	7.430	24.723	414	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.602	67	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	321	461	(4)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	98	(11)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	106	-	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	39	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,59% e indireta de 17,19%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 25,83% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

b) Movimentação dos Investimentos em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/03/2014	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(1.269)	1.675	40	(43)	30.405	61.739
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(1.211)	1.414	21	(23)	16.691	61.739
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(58)	261	19	(20)	13.714	-
Subsidiárias	2.179	(19)	149	(6)	-	2.303	2.994
Duratex S.A.	1.542	(19)	57	(6)	-	1.574	2.498
Elekeiroz S.A.	486	-	-	-	-	486	292
Itautec S.A.	46	-	92	-	-	138	204
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	-	-	-	104	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	(1.288)	1.824	34	(43)	32.708	64.733

Empresas	Saldos em 31/12/2014	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/03/2015	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	35.766	(1.642)	2.015	157	(92)	36.204	70.849
Itaú Unibanco Holding S.A.	19.520	(1.539)	1.739	84	(49)	19.755	70.849
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	16.246	(103)	276	73	(43)	16.449	-
Subsidiárias	2.269	(15)	9	12	-	2.275	2.460
Duratex S.A.	1.607	(15)	24	12	-	1.628	2.050
Elekeiroz S.A.	449	-	(4)	-	-	445	234
Itautec S.A.	106	-	(11)	-	-	95	176
Itaúsa Empreendimentos S.A.	106	-	-	-	-	106	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	1	-
Total Geral	38.035	(1.657)	2.024	169	(92)	38.479	73.309

(1) Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber estão registrados em Outros Ativos Financeiros.

(2) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			01/01 a 31/03/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,72	64,16	99.260	19.520	69.823	4.551	1.414
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.418	16.246	-	392	261
Tablemac	-	-	-	40	-	-	1
Outros	-	-	-	(8)	-	-	(5)
Total				35.798			1.671

	% de participação em 31/03/2015		31/03/2015			01/01 a 31/03/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,77	64,16	100.365	19.755	70.849	5.673	1.739
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.723	16.449	-	414	276
Outros	-	-	-	(8)	-	-	-
Total				36.196			2.015

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/03/2015	31/12/2014
Ativos	1.169.441	1.127.206
Caixa e Equivalente de Caixa	86.468	125.318
Ativos Financeiros	443.978	384.835
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	444.699	430.039
Ativos Fiscais	41.277	35.246
Demais Ativos	153.019	151.768
Passivos	1.067.382	1.026.586
Depósitos	298.652	294.773
Captações no Mercado Aberto	293.867	288.683
Outros Passivos Financeiros	312.726	288.200
Provisão de Seguros e Previdência Privada	113.790	109.778
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	17.524	17.027
Demais Passivos	30.823	28.125

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Receita de Juros e Rendimentos	34.967	27.470
Despesa de Juros e Rendimentos	(15.793)	(14.185)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	2.873	7.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.910	(2.593)
Lucro Líquido	5.783	4.601
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	5.673	4.551
Outros Resultados Abrangentes	428	109
Resultado Abrangente	6.211	4.710

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Patrimônio Líquido em 01/01/2015 e 01/01/2014	99.260	83.223	24.418	18.369	-	-
Lucro Líquido	5.673	4.551	414	4.019	-	-
Outros Resultados Abrangentes	428	109	111	279	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.449)	(6.994)	(155)	(161)	-	-
Reorganizações Societárias	(160)	(639)	-	-	-	-
Outras Movimentações no Patrimônio Líquido	(387)	19.010	(65)	1.912	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2015 e 31/12/2014	100.365	99.260	24.723	24.418	-	-
Participação Societária	19,59%	19,56%	66,53%	66,53%	-	-
	19.657	19.413	16.449	16.246	36.106	35.659
Resultado Não Realizado	(13)	(14)	-	-	(13)	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23 a)	111	121	-	-	111	121
Total	19.755	19.520	16.449	16.246	36.204	35.766

NOTA 9 – IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações				Saldo em 31/03/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	686	-	686	84	(45)	-	-	725	-	725
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	103	-	(10)	9	1.094	(395)	699
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	179	(3)	(67)	49	3.949	(1.712)	2.237
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	2	-	(1)	1	48	(31)	17
Veículos	10	52	(45)	7	2	-	(1)	-	52	(44)	8
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	42	-	-	(57)	392	-	392
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(95)	41	-	-	(1)	(5)	126	(91)	35
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	412	(48)	(80)	(3)	6.386	(2.273)	4.113

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2014			Movimentações				Saldo em 31/03/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	727	-	727	10	-	-	10	747	-	747
Construções e Benfeitorias	4	1.114	(398)	716	1	-	(10)	2	1.117	(408)	709
Equipamentos e Instalações	5 a 20	4.169	(1.920)	2.249	16	-	(69)	93	4.278	(1.989)	2.289
Móveis e Utensílios	10	52	(34)	18	1	-	-	-	53	(34)	19
Veículos	10	56	(46)	10	1	-	(1)	-	57	(47)	10
Imobilizado em Andamento	-	318	-	318	79	-	-	(80)	317	-	317
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	145	(98)	47	5	-	(3)	11	161	(101)	60
TOTAL IMOBILIZADO		6.581	(2.496)	4.085	113	-	(83)	36	6.730	(2.579)	4.151

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações			Saldo em 31/03/2014		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00	59	(38)	21	1	(2)	-	60	(40)	20
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	-	(1)	-	14	(1)	13
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	1	-	-	715	-	715
Carteira de Clientes	6,67	396	(105)	291	-	(6)	16	413	(112)	301
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	2	(9)	16	1.202	(153)	1.049

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2014			Movimentações			Saldo em 31/03/2015		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00	73	(48)	25	6	(1)	-	79	(49)	30
Marcas e Patentes	-	12	(1)	11	-	(1)	-	12	(2)	10
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67	412	(133)	279	-	(7)	2	414	(140)	274
TOTAL INTANGÍVEL		1.211	(182)	1.029	6	(9)	2	1.219	(191)	1.028

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2015, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 166,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (164,6 mil hectares em 31/12/2014) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.
- v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Custo de formação dos ativos biológicos	811	785
Diferencial entre o custo e o valor justo	576	570
Valor justo dos ativos biológicos	1.387	1.355

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.355	1.126
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	44	221
Exaustão	(39)	(181)
Variação do Valor Histórico		
Formação	48	292
Exaustão	(21)	(103)
Saldo final	1.387	1.355

	31/03/2015	31/12/2014
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	5	40
Variação do Valor Justo	44	221
Exaustão do Valor Justo	(39)	(181)

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.940	1.834
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(660)	(624)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	694	574
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	685	568
Resultado de Investimentos no Exterior	(1)	3
Juros Sobre o Capital Próprio	3	37
Outras	7	(34)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(50)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	-	10	304
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	-	3
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros	2	-	-	2
Derivativos	-	-	-	-
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(14)	28	156
Outros	146	(72)	26	100
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(86)	64	707
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	-	-	(56)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	9	-	(8)
Depreciação	(8)	-	-	(8)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	1	-	(5)
Outras Obrigações	(120)	-	(4)	(124)
Ajustes CPCs / IFRS	(301)	-	(55)	(356)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	10	(59)	(568)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(76)	5	139

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(2)	81	448
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(1)	-	5
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	189	(6)	40	223
Outros	35	(2)	5	38
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(11)	126	859
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	1	-	(53)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(44)	-	(58)	(102)
Depreciação	(105)	-	(6)	(111)
Planos de Pensão	(4)	-	(1)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	-	-	(4)
Outras Obrigações	(31)	-	(2)	(33)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	-	(5)	(381)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	1	(73)	(695)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(10)	53	164

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/03/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/03/2015	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido:	859	744
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	109	109
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	750	635
Passivo Fiscal Diferido	(695)	(623)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(695)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	164	121

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/03/2015		31/12/2014		
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Duratex	BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	72	53	77	69	
	BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	16	-	24	-	
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64	193	66	208	
	BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5	10	5	11	
	BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	2	1	3	
	FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Prê 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	5	48	5	46	
	FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	-	7	-	4	
	BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85 % a.a.	Nota Promissória	20	-	27	-	
	BNDES PROGEREN	9,0 % a.a.	Duplicatas	-	-	1	-	
	CREDITO INDUSTRIAL	103 % CDI	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	162	-	205	-	
	CREDITO INDUSTRIAL COM SWAP	12,7 % a.a.	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	60	-	58	-	
	FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	21	106	20	111	
	FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	29	1	29	
	PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	11	2	12	4	
	CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	58	1	58	
	CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % CDI	-	2	522	6	407	
	Total moeda nacional			441	1.030	509	950	
	BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	14	9	12	10	
	BNDES	Cesta de moedas + 2,4 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	4	-	4	-	
	BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	2	2	2	
	BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	1	-	1	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,7 % a.a.	Nota Promissória	104	-	104	-	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	119	-	119	-	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	-	109	-	109	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,1 % a.a.	Nota Promissória	-	108	-	108	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 2,27 % a.a.	Nota Promissória	1	127	1	127	
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,5 % a.a.	Nota Promissória	1	123	1	126	
	Total moeda estrangeira			245	479	243	483	
	Total Duratex			686	1.509	752	1.432	
	Duratex	BNDES	5,5 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	1	1	1
	Controladas	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	2	76	2	76
		FINAME	Prê 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	1	4	-	4
		NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	1	141	139	-
		NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	10,6 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	116	-	113	-
NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP		11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	114	-	111	
Total moeda nacional				121	336	255	192	
BANCO SANTADER-HERMES COM SWAP	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	5	5	2	7		
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	1	3	-	5		
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	10	28	-	39		
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	1	-	-	1		
Total moeda estrangeira			17	36	2	52		
Total Duratex Controladas			138	372	257	244		
Elekeiroz	BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	37	14	39	
	BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	-	1	-	1	
	BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	1	4	1	4	
	FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	10	2	12	
	CESSÃO DE CRÉDITO	14,25 % a.a.	-	26	-	33	-	
	NCE	CDI + 2,25 % a.a.	-	15	-	-	-	
	VENDOR	-	-	2	-	1	-	
	Total moeda nacional			61	52	51	56	
BNDES	Varição cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	5	11	4	10		
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,35 % a.a.	-	3	-	9	-		
Total moeda estrangeira			8	11	13	10		
Total Elekeiroz			69	63	64	66		
Itautec	BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	2	1	2	2	
	BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	2	-	1	1	
	BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	1	
	FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	30	15	33	
	BB 4131	105,6 % CDI	-	11	-	-	10	
	HSBC 4131	106,5% CDI	-	21	-	20	-	
	Total moeda nacional			52	31	39	47	
Total Itautec			52	31	39	47		
Total Itaúsa Consolidado			945	1.976	1.113	1.789		

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	31/03/2015	31/12/2014
2016	406	542
2017	520	468
2018	310	239
2019	244	179
2020	398	330
2021	78	14
2022	9	8
Demais	11	9
Total	1.976	1.789

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	1	121	122	7	116	123

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2015	31/12/2014
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	125	122
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	12	12
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	13	12
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	19	19
PIS e COFINS	4	4
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	12	11
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Outros	15	16
Total	217	213

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	32	592
Atualização Monetária	9	4	-	13
Constituição	65	9	-	74
Reversão	(1)	(3)	(4)	(8)
Pagamentos	-	(8)	-	(8)
Saldo Final	557	78	28	663
(-) Depósitos Judiciais	(24)	(14)	-	(38)
Saldo em 31/03/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	533	64	28	625

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 458: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2015, esses processos totalizavam R\$ 801 para causas tributárias, R\$ 16 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 231: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 277: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 58: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 43: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 44: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 32: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;

- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 12: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA**a) Capital Social**

O capital social autorizado é de 8.250.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 2.750.000.000 em ações ordinárias e até 5.500.000.000 em preferenciais.

O capital social subscrito é de R\$ 27.025, representado por 6.110.133.986 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.352.423.707 ordinárias e 3.757.710.279 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2014 e em 31 de Março de 2015:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.125
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.938.446	2.307.922.622	4.659.861.068	20.610
Residentes no Exterior	485.261	1.449.787.657	1.450.272.918	6.415
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 (*)	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2015	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.984.754	2.333.535.063	4.685.519.817	20.724
Residentes no Exterior	438.953	1.424.175.216	1.424.614.169	6.301
Ações em Tesouraria em 31/03/2015 (*)	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Em Circulação em 31/03/2015	2.344.195.907	3.755.390.279	6.099.586.186	27.025

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, adquiridas ao custo médio unitário de R\$ 9,15.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	1.930	
(-) Reserva Legal	(97)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.833	
Dividendo Mínimo Obrigatório	458	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionado	523	(65)	458
Dividendos	91	-	91
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2015	91	-	91
Juros sobre o Capital Próprio	432	(65)	367
Complementar de R\$ 0,0708 por ação a ser declarado	432	(65)	367
Total em 31/03/2015 - R\$ 0,0752 líquido por ação	523	(65)	458
Total em 31/03/2014 - R\$ 0,0664 líquido por ação ^(*)	455	(56)	399

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/03/2015	31/12/2014
Reservas de Lucros	12.806	11.600
Legal	1.246	1.149
Estatutárias	11.560	10.451
Equalização de Dividendos	3.452	2.998
Reforço do Capital de Giro	3.366	3.104
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.742	4.349
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	559
Outras Reservas	568	618
Total das Reservas na Controladora	13.374	12.777

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2014	1.149	11.010	618	12.777
Constituição de Reservas	97	1.310	-	1.407
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(42)	(50)	(92)
Saldo em 31/03/2015	1.246	11.560	568	13.374

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					Dez/14	Mar/15			2007 a 2012	2013	2014	2015	
					(*)								
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.506.527	1.506.527	8,88	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.580.420	1.580.420	7,26	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	898.639	898.639	3,98	9	9	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.483.850	1.483.850	7,04	9	7	2	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.045.299	2.045.299	5,11	9	4	3	3	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.411.122	1.411.122	5,69	7	1	2	2	-	2
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	9	-	2	2	1	4
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.163.532	2.154.616	4,48	9	-	-	2	1	6
Soma	18.671.198				12.797.201	12.788.285		97	66	9	9	2	12
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	64⁽¹⁾	8⁽²⁾	8⁽³⁾	2⁽⁴⁾	11⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2012.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2014.

(4) Valor contabilizado contra o resultado no 1º trimestre de 2015.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 31 de Março de 2015 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/16
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de Março de 2015 o preço de mercado das ações era de R\$ 16,10 (R\$ 16,10 em 31 de dezembro de 2014) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.551	1.543
Mercado Interno	1.389	1.407
Mercado Externo	162	136
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(331)	(323)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.220	1.220

NOTA 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Matérias Primas e Mateirias de Consumo	(693)	(790)
Remuneração, Encargos e Benefícios	(164)	(154)
Depreciação, Amortização Exaustão	(147)	(124)
Variação nos Estoques de Produtos Acabados e em Elaboração	98	135
Variação Valor Justo Ativo Biológico	44	56
Outros Custos	(54)	(14)
Total	(916)	(891)

NOTA 20 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Despesas de Pessoal	(41)	(43)
Remuneração	(28)	(28)
Encargos	(6)	(8)
Benefícios Sociais	(3)	(4)
Treinamento	(1)	(1)
Participações de Empregados nos Lucros	(3)	(2)
Despesas Administrativas	(26)	(22)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2)	(2)
Serviços de Terceiros	(11)	(9)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1)	(1)
Despesas de Viagem	(1)	(1)
Aluguel e Instalações	(3)	(3)
Convenio de rateio de custos comuns	(1)	-
Outros	(7)	(6)
Depreciação	(3)	(2)
Total	(70)	(67)

NOTA 21 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Reversão de Provisões para Contingências	6	18
Resultado de Plano Benefício	(1)	-
Amortização de Carteira de Clientes	(7)	(7)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(4)	(5)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	10	161
Outros	6	(1)
Total	10	166

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido	1.930	1.681
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(38)	(37)
Subtotal	1.892	1.644
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(23)	(23)
Subtotal	1.869	1.621
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	718	624
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.151	997
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	741	647
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.189	1.034
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.344.456.007	2.316.849.373
Ações Preferenciais	3.755.390.279	3.700.664.614
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$		
Ações Ordinárias	0,32	0,28
Ações Preferenciais	0,32	0,28

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**a) Bank of America Corporation**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2014	Amortizações/ Realizações	31/03/2015
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	62	(13)	49
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	72	(4)	68
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	135	(17)	118
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	202	(17)	185
Passivo fiscal Diferido (IV)	(81)	7	(74)
Total ágio alocado (V = III + IV)	121	(10)	111
Ágio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2015 com 9.613 participantes (9.719 em 31 de dezembro de 2014).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2015.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 130 (R\$ 131 em 31 de dezembro 2014). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1 (R\$ 2 em 31 de março de 2014).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2015, o saldo registrado correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 29 (R\$ 33 em 31 de dezembro 2014) a ser realizado em 11 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2015	31/03/2014
Taxa de Desconto	11,66% a.a.	12,73% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,59 % a.a.	9,18 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.
Inflação	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2015 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.169.439	8.948	705	262	49.172
	2014	1.025.285	8.584	697	492	42.769
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	45.710	1.001	209	10	3.235
	2014	35.663	930	241	55	2.891
Lucro Líquido	2015	5.673	68	(4)	(11)	1.974
	2014	4.551	161	-	(6)	1.784
Patrimônio Líquido	2015	100.365	4.677	461	98	43.047
	2014	84.481	4.510	504	142	36.677
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2015	23,1%	5,9%	-3,3%	-44,1%	18,5%
	2014	22,1%	14,5%	0,2%	-15,8%	19,6%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	7.668	242	3	(8)	108
	2014	22.571	227	12	-	135

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'14 + mar / 2).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2015	31/12/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Aplicações Financeiras	202	218	6	7
Itaú Unibanco S.A.	202	218	6	7
Clientes	54	54	53	39
Partes Relacionadas de Controladas ^(*)	54	54	53	39
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	1
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	1
Total	256	272	59	47

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de março de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Duratex S.A.	422	454
Elekeiroz S.A.	86	87
Itautec S.A.	45	48
Total	553	589

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

01/01 a 31/03/2015	ITAÚSA	DURATEX	ITAUTEC	ELEKEIROZ	TOTAL
Remuneração	2	4	1	1	8
Participações no Lucro	1	2	-	-	3
Opções de Ações	-	1	-	-	1
Total	3	7	1	1	12

01/01 a 31/03/2014	ITAÚSA	DURATEX	ITAUTEC	ELEKEIROZ	TOTAL
Remuneração	2	4	2	2	10
Participações no Lucro	2	2	-	-	4
Opções de Ações	-	2	-	-	2
Total	4	8	2	2	16

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 643 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado
	31/03/2015	31/03/2015	Valor a Receber
Contratos de Swaps	-	286	286
Posição Ativa	988	1.327	286
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	976	285
Taxa Pré-Fixada	307	351	1
Posição Passiva	(988)	(1.041)	-
CDI	(988)	(1.041)	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado
	31/12/2014	31/12/2014	Valor a Receber
Contratos de Swaps	-	116	116
Posição Ativa	988	1.152	116
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	809	114
Taxa Pré-Fixada	307	343	2
Posição Passiva	(988)	(1.036)	-
CDI	(988)	(1.036)	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(7)	(18)	(28)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		7	18	28
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	58	(244)	(547)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(58)	244	547
Cambial	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(7)	(15)
		Aumento US\$	-	7	15
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	-	5	9
		(Aumento US\$)	-	(5)	(9)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	1	2
		(Aumento US\$)	-	(1)	(2)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
Total			-	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	944	1.037	1.052	10
Fornecedores e Outras Obrigações	285	7	4	42
Total	1.229	1.044	1.056	52

31/12/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	1.116	1.124	776	9
Fornecedores e Outras Obrigações	276	61	-	-
Total	1.392	1.185	776	9

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidênciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/03/2015	31/12/2014
Ativos: (1)		4.314	4.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	36	48
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.955	1.849
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	59	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	236	229
Contas a Receber de Clientes	2	1.151	1.069
Dividendos/JCP	2	466	607
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	98	149
Outros Ativos Financeiros	2	313	324
Passivos:		3.907	4.560
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.043	3.025
Fornecedores	2	245	213
Dividendos/JCP	2	619	1.322

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itautec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itautec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a Companhia possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itautec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Valores a Receber” no montante de R\$ 2, correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Conforme contrato, os montantes acima serão realizados em janeiro de 2017 por ocasião do exercício da *put option*.

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 27/04/2015, aumento de capital no montante de R\$ 300, com emissão de 44.776.120 novas ações, sendo 17.210.555 ações ordinárias e 27.565.565 ações preferenciais.

Na Assembleia Geral de 30/04/2015 foram aprovadas as seguintes matérias, entre outras:

- Bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de Reservas, no valor de R\$ 5.000. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 8,137540972 por ação, independentemente da espécie. As ações subscritas no aumento de capital social também fizeram jus à bonificação de 10% em ações; e
- Cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes em tesouraria, sendo 8.227.800 ações ordinárias e 2.320.000 ações preferenciais, sem redução do valor do capital social.

NOTA 30 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Companhia)** em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas (Consolidado)** em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - “Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade” e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas** em 31 de março de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA),

referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, preparadas pela Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 09 de fevereiro de 2015 e 05 de maio de 2014, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 11 de maio de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de março de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. mencionadas nos parágrafos 1 e 2 acima, foram revisadas também por outros auditores independentes, na qualidade de auditores em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Esses auditores emitiram relatório de revisão limitada com data de 11 de maio de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 11 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederem ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 31.03.2015, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 11 de maio de 2015.
(aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores